

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Estados, DF e Municípios

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º QUADRIMESTRE DE 2020 (setembro/2019 a agosto/2020)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	SET/19	OUT/19	NOV/19	DEZ/19	JAN/20	FEV/20	MAR/20	ABR/20	MAI/20	JUN/20	JUL/20	AGO/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	82.019.656,70	79.038.296,92	75.142.970,87	119.133.896,42	78.361.386,21	73.843.107,05	74.643.737,44	76.102.579,95	75.415.507,42	77.598.996,09	74.984.041,85	72.941.397,02	959.225.573,94	-
Pessoal Ativo	57.926.473,01	54.986.848,43	55.684.697,71	84.410.209,37	53.882.365,44	53.782.145,13	54.426.630,51	54.226.552,67	53.298.849,23	55.171.444,59	52.870.885,15	52.629.194,11	683.296.295,35	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	48.003.409,50	46.078.586,69	46.834.565,48	70.695.667,07	45.192.209,32	44.935.740,35	45.470.441,49	45.284.348,24	44.469.869,96	45.886.533,11	44.137.626,88	43.770.379,14	570.759.377,23	-
Obrigações Patronais	9.923.063,51	8.908.261,74	8.850.132,23	13.714.542,30	8.690.156,12	8.846.404,78	8.956.189,02	8.942.204,43	8.828.979,27	9.284.911,48	8.733.258,27	8.858.814,97	112.536.918,12	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	24.093.183,69	24.051.448,49	19.458.273,16	34.723.687,05	24.479.020,77	20.060.961,92	20.217.106,93	21.876.027,28	22.116.658,19	22.427.551,50	22.113.156,70	20.312.202,91	275.929.278,59	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	18.166.464,26	18.288.113,94	14.753.849,22	26.398.634,00	18.617.431,03	15.211.945,79	15.277.938,75	16.208.419,12	16.981.021,58	16.866.004,67	16.763.004,38	15.333.931,92	208.866.758,66	-
Pensões	5.926.719,43	5.763.334,55	4.704.423,94	8.325.053,05	5.861.589,74	4.849.016,13	4.939.168,18	5.667.608,16	5.135.636,61	5.561.546,83	5.350.152,32	4.978.270,99	67.062.519,93	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.699.418,88	247.165,53	592.322,04	263.409,22	587.555,00	628.302,70	602.069,37	320.141,56	200.765,91	205.575,46	68.773,26	117.239,34	5.532.738,27	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.699.418,88	247.165,53	592.322,04	263.409,22	587.555,00	628.302,70	602.069,37	320.141,56	200.765,91	205.575,46	68.773,26	117.239,34	5.532.738,27	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	80.320.237,82	78.791.131,39	74.550.648,83	118.870.487,20	77.773.831,21	73.214.804,35	74.041.668,07	75.782.438,39	75.214.741,51	77.393.420,63	74.915.268,59	72.824.157,68	953.692.835,67	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		161.131.706.716,29	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)		186.887.969,43	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)		266.704.763,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)		160.678.113.983,86	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)		953.692.835,67	0,59%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,75%¹		2.811.866.994,72	1,75%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 1,66%		2.671.273.644,98	1,66%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,58%		2.530.680.295,25	1,58%
FONTE: SIAFEM/SP E SECRETARIA DA FAZENDA			

NOTAS:
¹ O Limite Legal de 3% (Art. 20, Inc. II, da LRF) foi proporcionalizado entre a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas, conforme Decisão da Mesa nº 526/06, publicada no Diário Oficial do Estado em 21-06-2006.